

space outside of the narrow and limited realm of the “area studies,” and becoming a topic of interest in the wider arena of critical theory. *The Lusophone World* aptly broadens the horizon of this conversation, opening up some alleyways that will certainly be explored by others in future works.

Pedro Lopes de Almeida

**CLARIDOSIDADE – EDIÇÃO CRÍTICA
FILINTO ELÍSIO E MÁRCIA SOUTO
(ORGANIZAÇÃO)**

Rosa de Porcelana, Lisboa, 2017

568 páginas. ISBN 978-989-99746-8-5

O volume *Claridosidade – Edição Crítica*, organizado por Filinto Elísio e Márcia Souto, oferece-nos a terceira edição fac-similada da mais importante revista literária de Cabo Verde, com nove números (esparsamente) publicados entre 1936 e 1960. A primeira delas, de 1986, sob a chancela da ALAC, incluía um prefácio de Manuel Ferreira e um depoimento de Baltasar Lopes da Silva; o segundo fac-símile, que dispensou quaisquer paratextos críticos, foi publicado, em 2016, pelo jornal (cabo-verdiano) *Expresso das Ilhas* e a editora (portuguesa) A Bela e o Monstro. O presente volume recupera e acentua a preocupação crítica de Manuel Ferreira, apresentando sete ensaios inéditos que testemunham o estado da arte da crítica de *Claridade*. Os seus autores são Alberto Carvalho, João Lopes Filho, José

Luís Hopffer C. Almada, Manuel Brito-Semedo, Maria de Fátima Fernandes, Simone Caputo Gomes e Urbano Bettencourt. Suplementarmente, reedita-se também o polémico “Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana”, de 1963, assinado (apenas) por Onésimo Silveira.

Como explicam os organizadores do proemial “*Claridosidade – Instigações sobre o fenómeno da Claridade*”, é este conjunto de ensaios que justifica o subtítulo “Edição Crítica”, que não pode confundir-se, portanto, com o sentido académico corrente desta locução. Não se discutem quaisquer problemas de atribuição autoral ou de fixação textual. O único caso que mereceria uma investigação (ou uma anotação) desta natureza tem que ver, justamente, com o ensaio de 1963, recentemente reeditado pela UCCLA, cuja autoria partilhada com Manuel Duarte foi já assumida por Onésimo Silveira (cf. José Vicente Lopes, *Onésimo Silveira – Uma Vida, Um Mar de Histórias*, Praia, Spleen Edições, 2016, p. 79-82). É significativa, portanto, a referência de Filinto Elísio e Márcia Souto às figuras de Manuel Duarte e de Gabriel Fernandes a propósito deste texto – o primeiro pela razão já apontada, o segundo porque, em benefício da coerência do volume, talvez devesse ocupar o espaço do Onésimo Silveira (e do Manuel Duarte) de 1963, criticando-o(s) e atualizando-o(s).

Outra atribuição autoral que caberia também assinalar diz respeito ao próprio título do volume – *Claridosidade* –,

cunhado talvez por José Luís Hopffer C. Almada no ensaio “A poética cabo-verdiana e os caminhos da nova geração”, datado de 1989. Aí se considera “que a *Claridosidade*, enquanto movimento literário e sùmula de motivações socioculturais e estético-ideológicas, ultrapassa, temporal e espacialmente, o núcleo claridoso original e as páginas da revista *Claridade*, para se espriar, até hoje, em sucessivas vagas” (cf. *Fragmentos*, n.º 7/8, dezembro de 1992, Praia, Movimento Pró-Cultura, p. 9). Os sete ensaístas convidados por Filinto Elísio e Márcia Souto para participar neste volume comprovam a atualidade do conceito proposto por José Luís Hopffer C. Almada.

O texto de Alberto Carvalho recupera e desenvolve o artigo “Do Classicismo ao Realismo da *Claridade*”, publicado (em 1998) na revista *Camões*. Este título original tinha a vantagem de esclarecer a matéria tratada; já o presente – “Da *Claridade*, ainda, e sempre” –, parece querer abonar um estatuto canónico que, na avaliação de A. Carvalho, apenas o “dogmatismo” dos “modernos” do *Suplemento Cultural* (de 1958) pôde questionar.

Os interesses e os procedimentos que conduzem este ensaio são aqueles que definem o criticismo de A. Carvalho desde (pelo menos) os anos 90: a prospeção das condições socio-históricas do fenómeno literário cabo-verdiano e a fidelidade (“ainda, e sempre”) às escolas teóricas dos anos 60 e 70, lidas mormente em francês. São invocados,

em coerência, o estruturalismo genético de Lucien Goldmann, a semiologia de Roland Barthes, a sociologia de Robert Escarpit, a estética da receção de Hans Robert Jauss, bem como, enfim, a análise política da literatura conforme Jens Walter.

A. Carvalho começa por afirmar, em “1. *Claridade*: inventores, mestres e epígonos”, que a supervivência do alto significado de *Claridade* se deve quer à “qualidade intrínseca dos [seus] textos literários”, quer à “sua sintonia pelas ideias de época em estado nascente” (p. 17). A leitura em regime jaussiano (mais do que poundiano, frustrando o subtítulo) dispensa a discussão sobre o estatuto da “qualidade intrínseca” de um texto literário; o ponto que lhe interessa tem apenas que ver com o “horizonte de expetativas” do leitor de *Claridade*, e esse acha-se nas coordenadas socioculturais coevas. Sendo, porém, que não há leitores nem leituras iguais, o alcance prospetivo de *Claridade* é, por exemplo, negado pelo Amílcar Cabral de 1952 e afirmado pelo Gabriel Mariano de 1963 (p. 20-21).

As partes “2. *Claridade*: retrospção e memória” e “3. *Claridade*: lembrança e prospeção” recuperam dados históricos que, neste volume, interessam também a João Lopes Filho, José Luís Hopffer C. Almada ou Manuel Brito-Semedo. A abolição da escravatura, a extinção dos morgadios, a instalação de escolas e bibliotecas ou (entre outros fatores, sobretudo oitocentistas) o desenvolvimento da imprensa local (e.g., *Boletim*

Oficial) ou atlântica (e.g., *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*), favorecem o surgimento de intelectuais cabo-verdianos capazes de exhibir, no espaço alargado da língua portuguesa, “a sua condição de sujeitos históricos detentores de um saber altamente performativo” (p. 33).

O movimento claridoso irá então (cor)responder a um horizonte de expectativas longamente preparado na história de Cabo Verde. Neste sentido, a sociologia da literatura de A. Carvalho, devedora da “longa duração” de Fernand Braudel, recusa a “fulanização por inteiro destituída de poder explicativo” (p. 22). A partir do antropólogo Jorge Dias – improvável discípulo de Ezra Pound –, os homens de *Claridade* são definidos como ‘antenas da raça’ cabo-verdiana: sujeitos aos “condicionalismos do meio e do tempo”, eles possuem “atributos próprios” que lhes permitem “ler e interpretar os sinais” desse mesmo tempo (p. 22). Mas a diluição sociológica proposta por A. Carvalho acarreta os seus perigos: são justamente “liceais mindelenses” – membros, por inerência contextual, da “nova intelectualidade científica e positivista” (p. 34) – aqueles, em 1929, conforme recorda João Lopes Filho, rasgam “simbolicamente, em auto-de-fé” (p. 47), um exemplar do castiço e moderno *Diário* de António Pedro.

João Lopes Filho apresenta um escoreito ensaio sobre a “Génese de *Claridade – Revista de Arte e Letras*”, trazendo à colação um vasto número de

depoimentos de escritores como Arnaldo França, Baltasar Lopes, Félix Monteiro, Luís Romano, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Teixeira de Sousa – bem como, em particular, de João Lopes, pai do autor deste ensaio. Legitimamente empenhado em firmar na historiografia literária cabo-verdiana a influente ação de João Lopes na génese de *Claridade*, este texto inscreve-se no mesmo projeto que nos ofereceu o volume *In memoriam João Lopes*, coordenado pelo mesmo J. Lopes Filho (Praia, IBNL, 2007). As duas citações iniciais de Manuel Ferreira, que parecem excluir João Lopes do núcleo dos fundadores de *Claridade* (Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa, além de Jaime de Figueiredo), exprimem a convicção que o antropólogo da Universidade de Lisboa pretende refutar.

Para a síntese deste exercício pode citar-se o testemunho de Baltasar Lopes da Silva, extraído do proémio à edição cinquentenária de *Claridade*: o ano de 1936, escreve o sócia de Osvaldo Alcântara, foi apenas “uma efeméride a marcar uma conjuntura que se situava num tecido de preocupações longamente alimentadas pelo grupo” (p. 43). O que J. Lopes Filho vem propor é que essas preocupações se foram definindo, por ação de João Lopes, quer no Mindelo, com o Círculo Cultural (1922), quer na Praia, com a Tertúlia (1928). Somem-se estes, portanto, ao muito citado grupo Atlanta (1931), ainda praiense, reivindicado por Jaime de Figueiredo (na introdução que, em 1961, escreve

para o volume *Modernos Poetas Cabo-Verdianos*) e já avaliado por Arnaldo França (no ensaio que, em 1986, dedica ao divulgador de *Presença* em Cabo Verde); entretanto, em 1929, João Lopes fora o editor do *Diário* de António Pedro (que trazia na portada um desenho de Jaime de Figueiredo).

São convincentes, no ensaio de J. Lopes Filho, os dados que sustentam a sua tese: “do chamado Grupo Claridoso, João Lopes foi o único que participou ativamente” naquelas que considera as “três «fases» da *Génese de Claridade*” (p. 54). Menos evidente (ou sequer interessante) será a convicção de que Manuel Ferreira procurou, consciente e insistentemente, apagar João Lopes da história da revista; de resto, nem o próprio, na brevíssima “Autobiografia” que redige em 1970, manifesta qualquer interesse em afirmar a pertença ao grupo. E é francamente insustentável a atribuição desse (alegado) propósito ao facto de ter sido João Lopes um crítico do “sistema político vigente na altura” – ao contrário (sugere J. Lopes Filho) de Manuel Ferreira, que “esteve em Cabo Verde como militar português em missão de soberania” (p. 59).

Mais interessante será certamente a possibilidade de vermos aclarado o papel de João Lopes nas discussões de natureza propriamente estética que terão definido a génese de *Claridade*. Neste sentido, o ensaio destaca a cumplicidade do (futuro) diretor de *Claridade* com Jaime de Figueiredo, “animador das coisas modernistas em Cabo Verde”,

nas palavras de João Lopes (p. 44), e com António Pedro, “um ativo seguidor das correntes surrealistas então em voga na Europa” (p. 47); mas frustra as expectativas do leitor o desprezo de J. Lopes Filho pelos postulados expendidos na muito vanguardista “Conferência proferida na Praia (1928)”, hoje acessível no volume *In memoriam João Lopes*.

O mais longo ensaio deste volume vem assinado por José Luís Hopffer C. Almada e intitula-se “Das tragédias históricas do povo cabo-verdiano e da saga da sua constituição como nação crioula afro-atlântica – Uma incursão crítica aos legados teóricos claridoso e neo-claridoso”. A herança de *Claridade* começa, portanto, neste ablativo que invoca as teses de Gabriel Mariano sobre os processos de mestiçagem cultural em Cabo Verde – teses que, corrigindo quer Aimé Césaire quer Gilberto Freyre, explicam como, naquele singularíssimo arquipélago, *do fel surgiu o mel* (cf. “Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou”, de 1959).

Se os poemas longos de J. L. Hopffer C. Almada têm adquirido tonalidades épicas por neles se incluir a história de Cabo Verde (conforme Ezra Pound), este texto admite, por sua vez, o preito aos escritores de *Claridade* e a correlativa adoção de um registo francamente afetivo. Como exemplo geral, registre-se o louvor do mesmo Gabriel Mariano e do poema “Capitão Ambrósio” – destacando-se de entre todas as “bandeiras épicas, ébrias do negrume da fome e de outras desgraças” (p. 64).

Depois de referir o interesse que o ‘caso’ histórico de Cabo Verde tem suscitado nas ciências sociais (parte I), J. L. Hopffer C. Almada recupera os dois grandes traços que frequentemente esboçam a formação da nação cabo-verdiana, a saber, a indigência socioeconómica e a relação interatlântica (parte II), reassumindo (aparentemente) as teses de *Claridade* sobre a diluição da África (Baltasar Lopes da Silva) e da Europa (Gabriel Mariano) no mesmo processo de criouliização que estabelece a resistência à assimilação cultural de motivação colonial (parte III). A definição ufanista da criouliidade cultural aqui proposta não escapa, entretanto, a esse paradoxal registo do seu carácter estabelecido e cristalizado (como notava Miguel Vale de Almeida em “O projeto crioulo. Cabo Verde, colonialismo e criouliidade”, de 2004). Insistindo na analepse histórica, o autor de *Assomada Noturna* invoca ainda a catequização insular dos negros escravos e os posteriores ensejos de “aristocratização intelectual” por ela motivados, conforme Baltasar Lopes da Silva (parte IV).

J. L. Hopffer C. Almada desenvolve então, ou agora propriamente, essa “incurção crítica aos legados teóricos claridoso e neo-claridoso” que subintitula o seu ensaio (parte V). Sustentando-se em historiadores anteriores (e.g., António Carreira) ou pertencentes ao coletivo que nos ofereceu a *História Geral de Cabo Verde* (1991, 2001 e 2002), este ensaísta demonstra, contra as teses claridasas, que “não houve lugar ao

surgimento de uma robusta democracia económica e social cabo-verdiana” resultante da substituição da oligarquia latifundiária reinol ou crioula por “proprietários mestiços e negros” (p. 72); conforme se explica, não o permitiram os “condicionalismos e fatores obstrutores” inerentes ao “sistema colonial” (p. 75) (partes VI e VII).

O último movimento deste ensaio procura superar a velha discussão em torno das comunidades sotaventinas (ditas menos crioulizadas) e barlaventinas (ditas mais crioulizadas) que compõem o mosaico cabo-verdiano, conforme Baltasar Lopes da Silva ou, ainda hoje, Onésimo Silveira. Excluindo por princípio qualquer “nexo de causalidade entre a mestiçagem biológica e a miscigenação cultural” (p. 87), J. L. Hopffer C. Almada conclui que se assistiu, no Cabo Verde independente, a um processo geral de *pan-cabo-verdianização* da cultura musical do país (parte VIII); entenda-se a música, neste passo, como sinédoque da tese geral deste ensaio, que partilha importantes pontos de vista com a historiografia de António Correia e Silva e a sociologia política de Gabriel Fernandes.

Os últimos parágrafos são dedicados ao problema da xenofobia cabo-verdiana, seja a histórica (versada por João Henrique de Oliveira Barros em 1973) ou a contemporânea (que os imigrantes negros sentem na pele); recorda-se ainda o correlativo fascínio pela cultura greco-latina, que Corsino Fortes endereçou a João Vário (como se

não houvera, entre outros, José Lopes); tais fenômenos não devem negar, apesar de tudo, a progressiva “superação de barreiras sociais” (p. 95) no Cabo Verde colonial (parte IX).

O ensaio de Maria de Fátima Fernandes, intitulado “*Claridade* ou uma inquietante redefinição dos caminhos da cabo-verdianidade”, compreende as partes “1. Um começo, um contexto e seus contornos ideológicos”, “2. *Claridade*: seus precursores e percurso(ore)s” e “3. Um lugar merecido ainda na atualidade”. A epígrafe para a parte 1., lemos uma desconcertante asserção de Luís Romano, datada de 1984: enquanto “a História da Literatura Cabo-Verdiana” não for “publicamente conhecida” e “oficialmente consagrada”, admite-se que “o diálogo está aberto para sugestões, informações e pesquisas, em que cada um tem a liberdade de apresentar a sua contribuição” (p. 119). Louvemos nesse caso a demorada inexistência dessa História da Literatura Cabo-Verdiana de cabelos de víbora.

As anotações sobre as condições de possibilidade da geração (e.g., o ensino e a imprensa), o “contexto de surgimento” de *Claridade* (a estética modernista e a ideologia nacionalista) e a “trajetória” que irá afirmá-la “como a principal manifestação” da literatura nacional (e.g., a crítica de Gabriel Mariano), ambicionam, nas palavras de Maria de Fátima Fernandes, “reequacionar”, partindo de “olhares outros”, as dimensões filosóficas, ideológicas e estéticas de *Claridade*.

A revisão retrospectiva proposta – na

esteira de António Aurélio Gonçalves, Arnaldo França ou Ana Cordeiro – destaca o exemplo da recuperação do romance *O Escravo* (1856), de José Evaristo de Almeida, que é já “síntese da [mesma] expressão da alma crioula e do todo cultural cabo-verdiano” (p. 124), arquipelágico ou diaspórico, que os maiores de *Chiquinho* (i.e., Rosa Calita ou Chic’Ana) hão de legar aos fundadores de *Claridade*.

O caso serve para introduzir um breve reparo à periodização da literatura cabo-verdiana inaugurada por Manuel Ferreira (em 1959) e desenvolvida por Pires Laranjeira (em 1995, no manual da Universidade Aberta, que serviu de referência aos programas escolares em Cabo Verde). Ora, se Pires Laranjeira tem a virtude de contemplar a produção pré-claridosa, a Maria de Fátima Fernandes lamenta, porém, o desinteresse pelos percursos individuais da tríade inaugural de *Claridade* (Jorge Barbosa, Manuel Lopes e Baltasar Lopes) e o esquecimento dos contributos de Jaime de Figueiredo (nos bastidores) ou de João Lopes (no palco) – cuja dinâmica “se encontra por estudar e sistematizar” (p. 126). Mas aquilo que não caberia num manual académico já vinha (como vem) sendo há muito estudado, conforme testemunham variadíssimas teses académicas ou o completíssimo *Claridade – A Palavra dos Outros*, organizado por Fátima Bettencourt (Praia, INBL, 2010).

Questiona-se depois a pertinência do período da “Cabo-verdianidade” (1958-1965) proposto por Pires Laranjeira,

dado que a geração do *Suplemento Cultural* (1958) será mais “universalista” do que situável “na linha de qualquer prefixador «cabo-»” (p. 126). O problema, neste caso, parece estar no desajuste dos olhares sincrónicos ou diacrónicos. Um friso cronológico admite sempre a coexistência de tendências distintas ou mesmo opostas – que exigem, neste caso, a distinção entre os ensaios africanistas de Manuel Duarte (1951) e de Onésimo Silveira (com o mesmo ‘Manecas’ Duarte) (1963), por um lado, e os cosmopolitas *Exemplos* de João Vário (1966-1998), por outro. Maria de Fátima Fernandes acaba, de resto, por caucionar a leitura de Pires Laranjeira quando situa o “«desassumir» da cabo-verdianidade” (p. 126) em três obras – de Mário Fonseca (1986), Arménio Vieira (1989) e Corsino Fortes (1974-2001) – contemporâneas ou posteriores ao período que este especialista designa, justamente, por Universalista (de 1966 a 1982).

A parte 3. do ensaio de Maria de Fátima Fernandes, “Um lugar merecido ainda na atualidade”, constitui um bom exemplo dos problemas da importação sem restrições das mais populares teorias da identidade pós-moderna (que são, na sua contemporaneidade intrínseca, teorias pós-modernas da identidade). Sugerir que um poema de Manuel Lopes, de 1949, em que se vê “patente a típica inquietação claridosa” (p. 130), exprime afinal a condição do indivíduo pós-moderno definido por Zygmunt Bauman – não será isso sintoma de uma

hermenêutica demasiado líquida? (Entretanto, lemos neste texto equívocos que facilmente se emendariam, como a filiação da *Presença* coimbrã no Neorealismo português ou, entre as muitas gralhas, a acentuação da assinatura ‘Antonio Candido’).

A dificuldade de acesso a certos textos axiais da literatura cabo-verdiana, sendo que alguns deles apenas em *Claridade* se publicaram, tem gerado leituras críticas que agravam os enviesamentos das fontes secundárias consultadas em regime de (quase) exclusividade. A despeito da complexificação que sofreu nas suas sucessivas revisões, a massa crítica de Manuel Ferreira será a mais copiosa fonte dessas débeis leituras em segunda mão. O ensaio de Simone Caputo Gomes anuncia desde o seu título o avisado propósito de escapar a esta miopia hermenêutica: “Aclarar *Claridade*: controvérsias debatidas no calor da leitura dos seus nove números”.

As sombras que este artigo se propõe alumiar são, tradicionalmente, a redução de *Claridade* à tríade canónica (Jorge Barbosa, Baltasar Lopes e Manuel Lopes) e a imputação generalizada de “evasão” (que foi afinal restrito); outros equívocos são a circunscrição da revista à cidade do Mindelo, a indistinção entre “grupo” e “movimento” literário e a sobreposição dos conceitos de “evasão” e “emigração”.

Os dados colhidos por Simone C. Gomes nas páginas de *Claridade* (em rigor, nas duas anteriores edições fac-similadas, conforme pressurosamente

se esclarece) testemunham com eficácia a necessidade de corrigir os equívocos elencados: a revista assumiu o compromisso social possível no seu tempo e lugar, tanto na produção ensaística como (e sobretudo) na criação literária; foi palco de diferentes gerações e de distintas mundividências político-ideológicas; e procurou compreender fenómenos históricos, sociais e culturais de todo o Arquipélago.

Conduzida pelas veredas revisionistas dos (já referidos) prémios à edição cinquentenária de *Claridade*, a “leitura minuciosa dos nove números de *Claridade*” oferecida por Simone C. Gomes compraz-se, portanto, em caucionar um discurso crítico instituído há (pelo menos) três décadas. Já o destaque dado às figuras femininas e ao lirismo universalista de Corsino Fortes, presentes no último número de *Claridade*, deve inscrever-se nos interesses mais recentes da crítica académica da literatura cabo-verdiana.

Manuel Brito-Semedo apresenta um ensaio organizado em cinco partes, aliás utilmente expostas na sua “Introdução”, respeitantes 1) à relevância do Mindelo na génese de *Claridade*, 2) à intervenção modernista de Jaime de Figueiredo, 3) à publicação de *Arquipélago* (1935), de Jorge Barbosa, 4) ao carácter inédito e regionalista de *Claridade* e 5) ao significado de *Chiquinho* (1946) na literatura cabo-verdiana.

O interesse maior deste texto, cujo estilo limpo e factual se aproxima do registo próprio de um verbete enciclopé-

dico, concentra-se na primeira parte, a mais longa, dedicada (como se disse) às condições cívicas, literárias e culturais do Mindelo das décadas de 1920 e 1930. Seguindo os subtítulos desta primeira parte, concentravam-se nesta cidade “Um operariado ativo e consciente” (conforme o poema “Unidos, Avante”, de Pedro Monteiro Cardoso); “Uma burguesia esclarecida e defensora dos interesses da colónia” (que constitui a Sociedade de Tipografia e Publicidade, editora de *Claridade*); “Uma elite comprometida e politizada” (formada pelo Liceu Nacional e informada pelo Porto Grande); “Uma sociedade civil de fácil mobilização à volta de causas” (que, em 1937, exigiu a abertura do Liceu Gil Eanes doze dias depois da extinção do Liceu Infante D. Henrique).

Os parágrafos sobre a ação modernista de Jaime de Figueiredo pouco acrescentam aos depoimentos já conhecidos, assinados pelo próprio, por João Lopes ou por Arnaldo França; como são meramente noticiosos os pontos dedicados ao *Arquipélago* de Jorge Barbosa, ao *Chiquinho* de Baltasar Lopes ou, enfim, aos nove números de *Claridade*. O que se estranha nesta (quarta) parte do ensaio de M. Brito-Semedo, tratando-se de uma edição (de intenção) crítica, é a ausência de importantes referências (e.g., à palestra *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, de Baltasar Lopes), atribuições autorais (e.g., “fincar os pés na terra cabo-verdiana” é de Manuel Lopes), ou mesmo de aspas nas expressões “[*Claridade*] não brotou como água da rocha

de Moisés” (p. 113) e “[*Presença* foi] a primeira força catalisadora do novo surto literário” (p. 114), usadas por Arnaldo França nas conhecidas *Notas sobre Poesia e Ficção Cabo-Verdianas*, de 1962.

Diferentemente dos autores dos seis ensaios precedentes, os interesses acadêmicos de Urbano Bettencourt não têm privilegiado a literatura cabo-verdiana – mas antes a dos Açores, de onde é natural e onde vive. O ensaio que fecha o *corpus* inédito deste volume, “*Claridade*, claridosidade – a irradiação açoriana”, soube tirar proveito destas duas circunstâncias: por um lado, apresenta novos dados sobre a recepção de *Claridade* nas ilhas de Pedro da Silveira, desenvolvendo as importantes investigações (sobre o assunto) já reunidas em *O Gosto das Palavras III* (1999); por outro lado, ao evitar os costumes da crítica do movimento claridoso, recupera as mais fundadas definições da *claridosidade* (que a locução ‘realismo insular’ poderia talvez designar com justeza).

Este ensaio, como muitos outros assinados por U. Bettencourt, colige informação fundamental oriunda da imprensa periódica, sobretudo regional, depois submetida ao confronto crítico com dados histórico-culturais, biográficos e propriamente literários dos autores e das obras em estudo. Aprendemos assim que, transcendendo as afinidades “geográficas e históricas” entre os dois arquipélagos, a recepção de *Claridade* nas ilhas dos Açores está ligada à descoberta (tornada premente no pós-guerra) “da realidade histórica e sociocultural” da

região e da concomitante “expressão estética adequada à configuração literária dessa realidade” (p. 154).

Mais do que a Eduíno de Jesus ou a(os cabo-verdianos) Manuel Lopes e João de Deus Lopes da Silva, caberá a Pedro da Silveira “a mais consistente e duradoura difusão do ideário da *Claridade*” (p. 157) nas ilhas dos Açores. Sobre o *Arquipélago* de Jorge Barbosa, dirá o autor de *Corografias* que foi o seu “primeiro mestre de modernidade e, vá lá, de açorianidade também” (p. 157); e esta aprendizagem há de plasmar-se quer nos artigos que publica no jornal *A Ilha* (entre vários outros), quer no seu primeiro livro, *A Ilha e o Mundo* (1952), em cujos versos, segundo U. Bettencourt, reverberam também as lições de Manuel Lopes e de António Nunes.

Curiosamente, a importação da *claridosidade* para o arquipélago dos Açores implicou depois a exportação do “evasionismo *pasargadista*” para o arquipélago de Cabo Verde. Os escarcéus (um tanto históricos) de Ovídio Martins e dos seus sequazes são, em grande medida, ecos líricos do artigo “Relance da Literatura Cabo-Verdiana” (1953), de Pedro da Silveira, onde se proscrescia o “Itinerário de Pasárgada” (1946) de Osvaldo Alcântara e tudo aquilo que ele se prestava a representar. (Mas esta hipótese excede já o objeto da presente recensão).

Rui Guilherme Silva